

A Edição Municipal na Póvoa de Varzim

MANUEL COSTA*

PALAVRAS-CHAVE: Edição municipal, Serviço editorial municipal, Póvoa de Varzim.

KEYWORDS: Municipal publishing, Municipal publishing service, Póvoa de Varzim.

O livro é perene, mais até do que os edifícios que se mandam construir para fins culturais.

Manuel Lopes

Introdução

A edição municipal carece de estudos que permitam completar e aprofundar a acção e a reflexão levadas a cabo pelos profissionais e pelos decisores envolvidos na actividade editorial dos municípios. Um melhor conhecimento dessa actividade poderá contribuir para compreender a sua relevância para as diversas políticas públicas locais. Essa actividade e o seu impacto não se limitam ao âmbito da cultura, pois estão indissociavelmente ligadas aos pelouros da educação, do turismo, do desenvolvimento económico, e outros, conforme a dimensão dos municípios. Esta ideia, também expressa por Artur Sá da Costa (cf. 2007/2008: 557), é clara para quem conhece a vida autárquica e sobretudo para quem faz trabalho editorial municipal.

Os textos que servem de referência a quem trabalha na edição municipal dizem respeito a revistas (cf. Moreira 1982: 195-196; Braga 2003: 12) que

* Director da Biblioteca Municipal Rocha Peixoto e editor do Município da Póvoa de Varzim. Docente da Universidade Portucalense, investigador do CITAR – Escola de Artes da Universidade Católica Portuguesa (Porto) e do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.

foram sendo editadas no século XX pelos municípios e pelos distritos. Só em estudos sobre história cultural ou sobre políticas culturais locais é possível encontrar dados sobre a actividade cultural municipal. Todavia, não tratam especificamente da edição municipal.

No encerramento do I Encontro do Livro Municipal, realizado em Mafra, em 2008, respondemos afirmativamente ao desafio de realizar um encontro similar na Póvoa de Varzim, onde se desse a conhecer o trabalho desenvolvido pelo Serviço Editorial do Município da Póvoa de Varzim e de outros municípios da região norte. Voltamos a responder nesse sentido aos organizadores do colóquio «Os Novos Caminhos da História Local e Regional», promovido em 2010, pela Câmara de Vila Nova de Famalicão, onde se discutiu o papel das revistas culturais no reforço da identidade local. O Colóquio «Edição Municipal: percursos e desafios», realizado a 7 e Maio de 2013 na Biblioteca Municipal da Póvoa de Varzim, foi a resposta possível a essa «promessa», tal como esta breve reflexão.

Quando o Município da Póvoa de Varzim fez, em 2000, o lançamento de uma «Biblioteca Poveira» proposta por Manuel Lopes (1943-2006), director da Biblioteca e do Museu municipais e chefe de Divisão da Cultura, este preconizou que o inovador projecto editorial a implementar pela autarquia pretendia pôr fim aos apoios editoriais avulsos, promovendo uma acção planificada e divulgando o património bibliográfico local esgotado (cf. Lopes [s.d.]: 1.). Desde então, é essa actividade que tem mobilizado a maior parte dos recursos materiais e humanos disponíveis no Serviço editorial do Município da Póvoa de Varzim, que funciona na Biblioteca Municipal e que coordenamos desde finais de 2006.

Procuraremos caracterizar a evolução da actividade editorial municipal na Póvoa de Varzim, tendo em conta as mudanças decorrentes da criação de um serviço editorial profissional, em 2006. É um retrato panorâmico, tal como foi definido para o colóquio sobre edição municipal a que demos corpo, em colaboração com as direcções do Mestrado de Estudos Editoriais e do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, a quem nos ligam cumplicidades académicas e pessoais.

A edição municipal centrada no Boletim Cultural «Póvoa de Varzim»

As duas primeiras propostas de edição municipal na Póvoa de Varzim, apesar de não concretizadas, remontam a 1841 e estão registadas nas actas da vereação, onde se dá conta da intenção de se criar uma publicação municipal

do tipo «Annaes do Município», na linha do que preconizava a Portaria de 8 de Novembro desse ano.

Só em 1958, no contexto do Estado Novo, surgiu efectivamente um projecto editorial municipal, através do Boletim Cultural «Póvoa de Varzim», para dar cumprimento ao que estabelecia o art.º 48.º, n.º 5, do Código Administrativo. A acção editorial do município limitava-se, então, à edição de relatórios de gerência, de posturas municipais e ainda de alguns folhetos turísticos (cf. Costa, 2008: 252).

Nas duas décadas seguintes, a actividade editorial municipal centrou-se na publicação semestral do Boletim Cultural e das separatas de cada artigo. Não é por isso de estranhar que se encontrem publicados nesta revista estudos monográficos publicados ao longo de vários números, ou ainda bibliografias e catálogos de exposições organizados pelos serviços culturais municipais. Nesse período, o trabalho editorial do director da revista assentava essencialmente na recolha de textos e na sua revisão. Porque se tratava de uma publicação rudimentar em termos gráficos, era na tipografia que se definia o formato da publicação e a respectiva mancha gráfica, em função das máquinas de impressão disponíveis e dos papéis usados. A distribuição e a venda de cada número eram coordenadas pelo responsável da Biblioteca Municipal, que apoiava os sucessivos directores da revista.

Entre os anos cinquenta e setenta, a bibliografia local aumenta essencialmente graças aos títulos das separatas dos artigos publicados no Boletim Cultural e não porque se publicam mais obras monográficas. Estas (poucas) são editadas pelos próprios autores (Baptista de Lima, Santos Graça, Vasques Calafate, Paulo de Cantos, Viriato Barbosa), sobretudo se discordam do regime político vigente. Neste período, constitui excepção a reedição pelo município das obras do etnólogo poveiro António Augusto da Rocha Peixoto (1866-1909), a propósito do centenário do seu nascimento. De notar que nas primeiras décadas do século XX algumas tipografias locais também funcionaram como editoras, embora publicando sobretudo as obras poéticas ou etnográficas dos seus proprietários e estudos de alguns eruditos. A Livraria e Tipografia Povoense foi um caso raro de actividade editorial comercial conhecida a nível nacional, por ter editado mais de cem títulos (mais de metade são traduções) integrados na colecção «Ciência e Religião»¹ criada por Artur Gomes dos Santos (1881-1918).

¹ Segundo um levantamento de António Mendes Melo, foram publicados 103 títulos. As obras impressas na Póvoa de Varzim datam de 1904 a 1916. As que foram editadas

Após 1974, as políticas de democratização cultural promovem a edição de obras concebidas por diversos tipos de promotores, nomeadamente associações culturais e juvenis, mas é sobretudo nos anos oitenta, com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, que os municípios acedem a financiamentos que permitem editar ou apoiar edições. As realidades locais interessam às universidades e aos institutos politécnicos, os investigadores exploram novas fontes, como a imprensa e a fotografia, cada vez mais acessíveis nas novas bibliotecas públicas e arquivos municipais. As parcerias entre investigadores e municípios aprofundam-se e é neste contexto que são editados trabalhos universitários, com apoio financeiro municipal. Na Póvoa de Varzim, é exemplo disso a publicação da obra «A cultura castreja», em 1986. As juntas de freguesia também promovem a publicação de monografias, como sucedeu com a obra «Aguçadoura – monografia», editada em 1990.

Nas décadas de oitenta e noventa, promovem-se conferências e colóquios ligados a comemorações locais, que dão origem à edição municipal de actas e de obras fac-similadas. É o caso da reedição de «O Poveiro» (1982), da publicação dos 3 volumes da obra «Colóquio “Santos Graça” de etnografia e história – actas» (1984), a propósito do centenário do nascimento do fundador do museu municipal, e ainda da edição comemorativa dos forais da Póvoa de Varzim (1991). Em 1990, regista-se o apoio do município à reedição, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, da obra «História da arte – iconografia e crítica», de Flávio Gonçalves (1929-1987), historiador de arte e antigo director do Boletim Cultural.

Nesta altura, começa a surgir um novo perfil de autor local, distinto do tradicional erudito. A colaboração entre universidades e municípios estreita-se, graças aos contactos e às pesquisas de Manuel Lopes, responsável dos serviços culturais, mas o recrutamento de licenciados para trabalhar no âmbito (cada vez mais vasto) da cultura e a colaboração destes com investigadores – em muito casos seus antigos docentes – leva à produção de novos estudos, resultantes de trabalhos de campo e de teses sobre vários aspectos da vida local. Inicialmente, alguns desses estudos são publicados no Boletim Cultural, mas o responsável dos serviços culturais propõe recorrentemente que sejam editados numa «colectânea de textos poveiros».

em Braga pela Livraria Cruz datam de 1917 a 1929. Esta colecção integra obras de 31 autores portugueses, 60 autores franceses, 4 italianos, 2 espanhóis e 2 dois alemães, 1 americano, 1 suízo, 1 norueguês e 1 brasileiro.

Nesse período também aumentam significativamente os pedidos de apoio provenientes de autores, associações locais e editoras comerciais. Consequentemente, verifica-se que nos últimos anos da década de noventa as iniciativas editoriais promovidas anualmente chegam a triplicar face aos primeiros anos. Os apoios atribuídos pelo município a iniciativas editoriais propostas por editoras comerciais e por privados traduziam-se na compra de exemplares, geralmente pagos ao preço de capa ou com descontos muito reduzidos. Não era prática comum a negociação prévia de condições especiais, nomeadamente descontos expressivos sobre o preço de capa ou um maior número de exemplares a entregar ao município, bem como uma menção mais explícita do apoio na obra, entre outros.

O enquadramento da actividade editorial na estrutura organizativa do Município

A necessidade de coordenar a actividade editorial municipal vinha sendo manifestada pelo Chefe de Divisão da Cultura há vários anos, acabando por ser consagrada uma área de actividade designada *Actividade Editorial* na estrutura orgânica da Divisão, aquando da publicação da nova estrutura orgânica municipal, publicada no Diário da República de 30.04.1991.

Não se tratava de uma nova unidade orgânica, mas sim de uma atribuição da chefia da Divisão. É interessante notar que a justificação dada para a criação dessa «nova» área de trabalho confirma a relevância que assumia na actividade editorial municipal o Boletim Cultural e as separatas que gerava, pois o texto publicado no Diário da República alude à necessidade de enquadrar os trabalhos relativos à edição e distribuição do Boletim Cultural e das respectivas separatas, a par das publicações editadas ou apoiadas pelo município.

Foi nesse sentido que a Biblioteca Municipal passou a integrar nos seus serviços a actividade editorial municipal, por ser o serviço municipal a quem compete a promoção do livro e da leitura e por ser onde está instalada a redacção do Boletim Cultural.

A (não) profissionalização do trabalho editorial e a regulamentação dos apoios

O alargamento da actividade editorial municipal ocorrido nos anos noventa não correspondeu à indispensável profissionalização do trabalho editorial, ao contrário do que sucedeu com outros sectores da actividade municipal,

nomeadamente o turismo, a gestão, a informática, o urbanismo, as bibliotecas ou ainda a acção social. Essa necessidade foi manifestada pelo coordenador da actividade editorial municipal, que preconizava a seguinte profissionalização do trabalho editorial num relatório de março de 1999:

[...] a colecção precisa de um responsável cultural, administrativa e tecnicamente abalizado. E de uma equipa de especialistas. Não muitos mas abrangendo várias e necessárias disciplinas: arquivística e documentação, história, arte, literatura, sociologia, antropologia e etnologia, economia, arquitectura e urbanismo, património cultural... Poder-se-ia assim, começando a trabalhar, chegar ao ano de 2000 com uma «Biblioteca Poveira» de 12 títulos – quatro por ano – oito reedições e quatro obras originais.

Esta proposta não deu todavia origem ao recrutamento (interno ou externo) do responsável editorial, nem dos *especialistas*.

Foi o responsável dos serviços culturais que continuou a assegurar a coordenação da actividade editorial municipal, apesar das crescentes solicitações que o município ia recebendo e da complexidade técnica que a edição já revestia, devido nomeadamente à informatização do *design*, da edição e da impressão, bem como à diversificação dos agentes que intervinham em todas as fases do trabalho editorial.

Com a criação da colecção municipal, a empresa que criou em 2000 a linha gráfica (*layout*) da colecção passou a apoiar a edição dos primeiros títulos, desde a recepção do original à entrega dos exemplares encomendados – exceptuando a revisão de provas. Nos casos em que o município encomendou directamente obras a tipografias, a análise que fizemos para outro estudo aos pedidos de orçamentos e da facturação, evidencia que se procedia a encomendas desconhecendo aspectos editoriais básicos, como a escolha de formatos ditos «económicos», a orçamentação por caderno e não por página, ou ainda a distinção dos valores por cadernos a cores ou a uma só cor. Consequentemente, algumas tipografias cobraram montantes avultados.

A regulamentação da relação dos municípios com autores e editoras surgiu como uma resposta ao significativo aumento de pedidos de apoio editoriais. Foram criados regulamentos de apoio editorial em diversos municípios, certamente para apoiar a fundamentação da tomada de decisão pelos executivos municipais.

Na Póvoa de Varzim, essa opção não vingou, apesar de ter sido apresentado ao executivo municipal um projecto de regulamento em 1997. O preâmbulo desse projecto apresentava a seguinte justificação:

[...] a Câmara Municipal, através do Pelouro da Cultura, tem vindo a confrontar-se com um número crescente de pedidos de apoio à publicação de autores poveiros e/ou de problemáticas ligadas ao concelho. Na política editorial do município, cabe, indiscutivelmente, um lugar para o apoio à edição de novos autores. Consideramos, todavia, pertinente regulamentar estas candidaturas, por forma a que não fiquem sujeitas a critérios conjunturais e completamente aleatórios. Assim, entende-se que, a par com as prioridades editoriais da iniciativa do município, a Câmara Municipal apoiará, nos termos destas normas, as candidaturas que venham a materializar-se.²

A afirmação de uma política municipal de promoção do livro e da leitura

As mudanças na liderança do executivo municipal e do pelouro da cultura ocorridas na sequência das eleições autárquicas de 1994, a par com um contexto financeiro deveras favorável, estão na base da afirmação de uma política cultural assente na promoção do livro, da leitura e da edição.

Os sucessivos vereadores que assumiram o pelouro da cultura deram eco às propostas do responsável pelos serviços culturais e reforçaram mesmo a atenção dada à edição, apoiando autores locais e patrocinando edições comerciais referentes a autores e/ou obras relacionadas com a Póvoa de Varzim. Os apoios dados às obras publicadas nesse período sobre a vida e a obra de Eça de Queirós, da autoria do poveiro A. Campos Matos, são exemplo disso. O Boletim Cultural passou a ser publicado a cores, cresceu o número de obras apoiadas pelo município e facto de o trabalho editorial ter passado a constar das atribuições do chefe de Divisão da Cultura deu um novo fôlego ao trabalho editorial realizado a partir da Biblioteca Municipal.

A partir de 1997, o vereador em funções desde então aprofundou a política municipal de promoção do livro. Segundo esse decisor,³ essa política materializou-se no alargamento da oferta de serviços de leitura pública, na reactivação da feira do livro, na criação do festival literário de expressão ibérica «Correntes D'Escritas», no aumento dos apoios editoriais e, sobretudo,

² A proposta foi apresentada pelo Vereador Custódio Sá em 07.04.1997, tendo por base um projecto de regulamento elaborado por Manuel Lopes, que coordenava o trabalho editorial no município.

³ Essa ideia é apresentada, em jeito retrospectivo, no texto *Ousar ler, ousar escrever – ou uma política do livro e da língua*, de Luís Diamantino Carvalho Batista, referido na bibliografia.

no lançamento de um projecto de edição própria – a Colecção «Na Linha do Horizonte/Biblioteca Poveira» – e na profunda renovação gráfica do *Boletim Cultural*.

A aposta na edição própria

O surgimento da «Biblioteca Poveira» em 2001⁴ deu um novo rumo à acção do município em matéria de actividade editorial, configurando uma política editorial municipal que privilegiava a edição própria.

Esta colecção também concretizou as expectativas do Chefe de Divisão da Cultura, que as resumiu desta forma, aquando do lançamento da colecção:

[...] há uma boa dezena de anos que se buscava já o momento e a circunstância ajustados ao aparecimento de uma colectânea de estudos sobre a Póvoa. [...] Está aqui afirmado o desígnio de uma política editorial municipal, que aparece centrada numa colecção que pretende ser uma biblioteca de trazer por casa, sempre à mão de semear, formada por livros de custo acessível e manuseio fácil, capazes, também, de encher o olho e a estante. Uma publicação onde a pluralidade de temas e interesses, assuntos e ideias pudesse gerar uma grande abrangência de leitores. (Lopes, 2001: 1).

No que diz respeito à qualidade dessa colecção, o mesmo responsável tecia as seguintes considerações num relatório enviado ao executivo municipal em 1999 (e que vai repetindo em 2000):

[...] exigem-se, naturalmente, critérios de qualidade e clara independência. Sem favor opinativo. É isso que é difícil: fugir às duvidosas cumplicidades de sempre e às «capelinhas» do costume. Ademais, a existência de uma *colecção* de textos desta natureza, programados e escolhidos, poderá facilitar a acção do município que, passando a obedecer a critérios de selecção e interesse cultural, devidamente comprovados, evitando as pressões constantes dos que se julgam publicáveis e nunca deixam de dar à asa em volta do erário público. (Lopes, 1999: 5).

⁴ A apresentação da colecção foi feita em 2000 e o primeiro título foi lançado em agosto de 2001.

Do ponto de vista de Manuel Lopes, essa colecção seria a expressão da «nova» política editorial do município, voltada para a edição própria.

Apesar da importância da criação desta colecção, não existe no arquivo do serviço editorial nenhuma pasta específica sobre este assunto, ao contrário do habitual. É novamente num relatório produzido por Manuel Lopes em outubro de 2000 (cf. Lopes, 2000: 9) que vamos encontrar mais dados sobre as características da colecção, que concebe a partir da colecção «Obras clássicas da literatura portuguesa», editada pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, por considerar que tinha um formato (235x155) que favorecia a edição de obras de diversas temáticas e que permitia um fácil manuseamento e leitura. O *design* gráfico era apresentado como uma mais-valia a não descurar, mas alertava que não seguiria o da colecção que lhe servira de modelo. A capa seria em quadricromia e teria de ser apelativa, por se tratar do principal meio de apresentação e promoção de cada obra, a par do logótipo caracterizador da colecção, que estaria associado ao nome da mesma. Os temas a abranger pela colecção constituiriam «centros de interesse» e teriam de estar relacionados exclusivamente com a Póvoa de Varzim.

A existência de uma linha gráfica própria, as temáticas pré-definidas e a selecção dos autores a publicar surgiram então como prioridades para o responsável da colecção. Essas características deveriam aliás tornar-se nos meios de planificação do trabalho editorial que vinha reclamando.

Apesar de o responsável da colecção mencionar a editora «Campo das Letras» como tendo orçamentado o projecto gráfico, a colecção foi lançada com um *layout* criado pelo gabinete de design e comunicação «Plenimagem», a quem foi contratado o serviço de aplicá-lo às primeiras obras editadas sob a chancela da «Biblioteca Poveira». O recurso a essa empresa para executar os primeiros títulos permitiu assegurar a adequada aplicação do *layout*, aquando da paginação e da pré-impressão, bem como durante a impressão e os acabamentos das obras. Competia por isso à empresa controlar todo o trabalho editorial subsequente à entrega do original fornecido por cada autor, fazendo-o sob a supervisão de Manuel Lopes, responsável pelos serviços culturais e coordenador da actividade editorial municipal.

O primeiro título da colecção deu à estampa as crónicas sobre a vida da comunidade piscatória poveira que José de Azevedo publicara, em edição de autor, em 1973, e às quais juntou mais algumas publicadas na imprensa local.

Outra preocupação evidenciada por Manuel Lopes nos relatórios que fazia chegar ao executivo municipal era a promoção das ditas «edições municipais»,

recaindo na atenção dada à distribuição e venda das obras e à edição de um catálogo.

A questão da promoção dessas edições foi evidenciada com a publicação dos primeiros volumes da colecção e colocou-se a questão da publicação de um catálogo. A proposta de catálogo esboçada por Manuel Lopes no final dos anos noventa (cf. Lopes, 1999b: 1-2), na qual colaborámos, foi formalizada em 2005 mas não chegou a ser concretizada. Essa proposta tomava como exemplo o catálogo das edições municipais editado em 1999 pelo município de Vila Nova de Famalicão. Os custos de edição dessa publicação e a sua rápida desactualização foram apontados como factores dissuasores. Nessa altura, a opção pela edição de um catálogo digital já se colocava como uma alternativa pertinente.

No que diz respeito à distribuição e venda das obras editadas, o responsável das edições municipais preconizava que se contratasse com uma empresa de distribuição a melhor forma de fazer chegar as obras às livrarias do país. Essa proposta não colheu o interesse das empresas distribuidoras. Aos pedidos formulados por carta ou pelo telefone, correspondia-se por isso com o envio das obras pelo correio, após cobrança confirmada pela tesouraria municipal.

Entretanto, o surgimento de livrarias municipais, nomeadamente em Lisboa e em Cascais – uma inovação face à prática corrente de exposição e venda das publicações nas bibliotecas e nos museus – levou os decisores poveiros a preconizar a criação de um espaço próprio para a venda das ditas «edições municipais» (embora o conjunto das edições patrocinadas ainda fosse mais expressivo do que a edição própria). Foram criados pontos de venda na biblioteca e no museu municipais e acordou-se a venda consignada com os livreiros locais, que beneficiavam de um desconto de 30% sobre o preço de capa. Importa referir que cerca de metade das tiragens dos primeiros volumes da colecção foi vendida nas sessões de lançamento dos mesmos e logo nas semanas seguintes, graças ao destaque dado na imprensa local às novidades editoriais municipais.

O fundo editorial depositado na Biblioteca Municipal foi naturalmente crescendo à medida que aumentou o número de apoios editoriais do município, bem como a edição própria.

A reorganização do serviço editorial municipal

Quando assumimos as funções do nosso antecessor, no final de 2006, fixámos como prioridade institucionalizar o serviço editorial do município da Póvoa de Varzim a nível externo e, a nível interno, implementar alguns

critérios básicos de gestão editorial, aplicados ao fundo editorial, à planificação anual dos projectos editoriais a editar pelo município, e ainda à orçamentação desses projectos. O plano de gestão integrada do fundo editorial assentou nas seguintes prioridades:

1. Promover acções de promoção das obras editadas e apoiadas pelo município, através de folhetos de publicações disponíveis fáceis de conceber e de actualizar;
2. Implementar uma gestão de existências (*stocks*) mais racional do fundo editorial, fixando, a par com actualizações regulares das existências, critérios para as ofertas às escolas, às associações e a outras entidades locais, para evitar «abates» indiscriminados;
3. Criar descontos sobre o preço de venda para obras editadas nos anos sessenta e setenta e com vendas nulas desde há vários anos;
4. Rever as tiragens das obras editadas pelo município em função de critérios que se prendiam com a sua potencial procura e as expectativas de ofertas solicitadas pelo executivo municipal.

O levantamento prévio à implementação dessas medidas já permitira perceber que os fundos editoriais eram acondicionados não apenas na Biblioteca, mas também em diversos espaços das instalações municipais, o que impossibilitava o controlo das existências.

Outros constrangimentos prendiam-se com a ausência de trabalho de orçamentação das obras a editar pelo município, bem como de instrumentos de planificação dos projectos editoriais a realizar no ano seguinte e que importava fazer constar do orçamento municipal, tendo por base as propostas aprovadas pelos decisores municipais.

Para garantir a inscrição dessas propostas no orçamento municipal, criámos um plano editorial, onde constavam essas propostas e a correspondente perspectiva de despesa a realizar. Através deste instrumento de planificação, foi possível assegurar a inscrição desses montantes em rubricas contabilísticas próprias e acordar cronogramas de trabalhos com os autores e com as tipografias. Com isso obtivemos benefícios de várias ordens, nomeadamente descontos junto das tipografias em função do volume de encomendas a fazer. As rubricas de cada plano editorial indicam que obras serão publicadas no ano seguinte, tanto da colecção municipal (a que se aplica um *layout* próprio), como das obras *hors collection*. As tiragens também constam do plano editorial, pois trata-se de uma informação essencial para estimar custos. Os autores a publicar na colecção municipal passaram a entregar o original para revisão editorial e para discussão

de questões com impacto na orçamentação, como por exemplo o cálculo de número de cadernos certos e a existência de páginas/cadernos a imprimir a cores. O conhecimento dos processos de produção e a relação de proximidade criada com as tipografias permitiram aceder a uma maior oferta de matérias-primas e de acabamentos adequados, resultando numa maior qualidade gráfica dos livros e das revistas encomendadas.

Alterámos a relação que existia com a empresa que criou o *layout* da colecção municipal e do *Boletim Cultural*. Essa empresa passou a ser consultada para orçar projectos editoriais a par com outras empresas habilitadas a paginar e produzir livros e revistas. Ao introduzirmos uma lógica de concorrência, obtivemos, logo em 2007, uma expressiva redução de mais de 50% da despesa do serviço editorial. Foi esse ganho que permitiu editar e apoiar o dobro dos títulos face ao ano anterior e obter produtos com maior qualidade, tanto ao nível dos serviços prestados na pré-impressão como na impressão e, sobretudo, nos acabamentos (sem deixar de cumprir as normas estabelecidas pelo *layout*).

Criou-se um espaço próprio na Biblioteca Municipal para instalar a Livraria Municipal e redefiniram-se os pontos de venda existentes nos espaços municipais com atendimento ao público (criaram-se novos pontos de venda nos polos de leitura da Biblioteca situados na praia e nas freguesias, bem como no Posto do Turismo e na Loja do Cidadão). Redefiniu-se a relação com as livrarias locais (aumento dos descontos para 30% e pagamento «a pronto») e criou-se a «montra» *on-line*, patente no sítio *web* e na página do *facebook* da Biblioteca. Lançou-se um folheto trimestral de divulgação das obras disponíveis (policopiado, para poder ter tiragens elevadas e poder ser facilmente actualizado).

Os lançamentos passaram a ser explorados como o grande momento de promoção das obras, com o apoio dos autores, o que se traduziu em elevados volumes de vendas e numa maior exposição mediática dos autores junto da imprensa local e, em alguns casos, da imprensa nacional.

Fomentou-se a fidelização dos «clientes» das iniciativas editoriais municipais através de campanhas para públicos específicos e usando canais diferenciados. O facto de os volumes da colecção municipal registarem elevadas vendas fez com que se esgotassem em poucos meses. Isso contribuiu para criar grandes expectativas em relação a cada novidade editorial, com uma repercussão positiva nas vendas.

A política de permutas com bibliotecas e com centros de investigação portugueses e estrangeiros que foi incrementada contribuiu para dar visibilidade às obras editadas e apoiadas pelo município.

Os ciclos comemorativos alusivos a personalidades e momentos relevantes da história local, bem como no Dia Mundial do Livro, realizados pela Biblioteca Municipal passaram a contemplar projectos editoriais (catálogos, monografias, obras fac-similadas, números temáticos do *Boletim Cultural*, vídeos).

No que diz respeito ao *Boletim Cultural*, também se procedeu a uma significativa redefinição do modo de gestão da produção de cada número (que passou a ser anual desde 2006) e da sua promoção, desde que assumimos as funções de coordenador editorial da revista. Com o acordo da directora da revista, cada número passou a ser apresentado publicamente, com a presença dos colaboradores e dos assinantes.

Esta nova forma de promover a revista, associada à sua renovação gráfica e à criação de novas temáticas e novos colaboradores, suscitou uma renovada procura, reforçada pelos resultados positivos da campanha de assinantes (com preços especiais) lançada aquando da apresentação da nova versão da revista e da nova equipa editorial, em dezembro de 2006. Assim, o número de assinantes triplicou, cada número da revista vem esgotando em poucos meses os 1000 exemplares produzidos – alguns números venderam metade da tiragem nas sessões de lançamentos.

O perfil do comprador da revista é diversificado: leitores comuns, universitários, eruditos locais, investigadores académicos, bibliotecas de departamentos de cultura de universidades dos Estados Unidos, do Canadá, de Espanha, museus, profissionais de serviços culturais, coleccionadores privados, alfarrabistas, etc.

Síntese do ritmo de publicação e dos encargos com edição

Entre 2001 e 2013 foram publicados 26 títulos na colecção municipal e o primeiro título foi reeditado em 2008, com uma tiragem de 1500 exemplares – que esgotou em menos de um ano. Trata-se de um resultado significativo. Todavia, o ritmo anual de publicação dos títulos da colecção conheceu uma evolução irregular. Em 2001 e 2002 publicou-se um título por ano. No biénio seguinte editaram-se 3 títulos por ano, mas esse número baixou para 2 títulos/ano em 2005 e 2006. Em 2007 e 2008 registaram-se 5 lançamentos. Em 2009 editaram-se dois títulos e 3 em 2010. Entre 2011 e 2012 não houve lançamentos. Em 2013 editou-se apenas um título, embora com uma tiragem de 1500 exemplares, por se tratar do autor mais publicado da colecção (e com tiragens esgotadas) e que já exigiu reedições.

O súbito aumento dos lançamentos registados em 2007 deve-se, como já referimos, à reorganização do serviço editorial e à introdução de critérios de gestão editorial no desenvolvimento de cada obra, bem como à aposta feita na promoção das obras. Esse ritmo foi drasticamente reduzido a partir de 2010, fruto dos constrangimentos financeiros impostos aos municípios pela «troika» e pelo poder central. Em 2014, será publicado apenas 1 título, apesar de já haver três originais em «carteira».

Em 2013, registaram-se os seguintes apoios editoriais: 4 títulos de edição comercial com encargos inferiores a quinhentos euros/cada (incluindo um desconto de 30%) e 2 com um encargo superior a quatro mil euros/cada (incluindo um desconto de 20%); 3 títulos de edição de autor com encargos inferiores a quinhentos euros/cada.

As elevadas vendas registadas até 2010 deram lugar a vendas residuais desde 2011. O fundo editorial em *stock* expressa por isso essa contração.

Edição municipal e edição comercial – que parceria?

Não coube no âmbito deste breve retrato da actividade editorial do município da Póvoa de Varzim fazer uma análise detalhada do modo como os editores comerciais se foram relacionando com o município para financiarem projectos editoriais. Podemos, no entanto, resumir essa relação em algumas notas, tendo presente a nossa experiência no tratamento de vários desses «dossiers»: as editoras olham tradicionalmente para os municípios como entidades desprovidas de capacidade para avaliar os projectos editoriais que apresentam e sem uma política editorial (ou pelo menos de apoios editoriais) claramente definida, o que é verdade para a grande maioria dos casos, consequentemente, muitos editores apresentam os seus pedidos de apoio quando as obras já estão impressas – logo, sem possibilidade de menção do apoio na obra.

Nos casos em que foi possível dialogar com os editores a montante da concretização dos projectos editoriais que queriam ver apoiados, as parcerias estabelecidas resultaram em ganhos mútuos, como comprovam aliás as repetidas colaborações feitas com essas editoras.

Muitas editoras não consideram legítimo que se proponham descontos de 40% e 50% sobre o preço de capa quando um município compra metade da tiragem de uma obra. Ao envolver-se desta forma, o município garante ao editor um «encaixe» directo e ainda uma possibilidade de «dobrar» tiragens, o que resulta em evidentes ganhos financeiros para os empresários, nomeada-

mente porque não têm de sofrer os descontos exorbitantes nem os prazos de pagamento actualmente impostos aos editores pelas «regras» da distribuição.

Os municípios são por natureza parceiros estratégicos de algumas empresas editoras, pois actuam em sectores onde o livro pode ser um elemento central da promoção das políticas públicas locais de educação, da cultura, do turismo, do ambiente, do urbanismo, da acção social, e outras. Esta consciência é essencial para que se abandone a ideia estereotipada de que os decisores municipais compram livros para «adquirem» suplementos de notoriedade.

Numa altura em que se centram as atenções nos custos do livro impresso e nas vantagens do livro digital, não podemos deixar de ter presente que o livro editado por um município, com ou sem o apoio de um editor comercial, cumpre uma função social que está inscrita na missão central do poder local: promover o desenvolvimento da localidade em todas as suas vertentes.

A formação de editores municipais

Nas últimas duas décadas surgiram estruturas municipais mais ou menos formais para desenvolver o trabalho editorial das autarquias, como deram conta algumas intervenções proferidas no I Encontro do Livro Municipal que o município de Mafra organizou em 2008. No caso desse município, a actividade editorial foi enquadrada pelo Gabinete de História Local. Em Torres Novas, foi criado um Gabinete de Estudos e Planeamento Editorial. Em Vila Nova de Famalicão, o trabalho editorial permaneceu adstrito ao Director do Departamento Cultural. Em vários municípios esse trabalho é realizado pelos bibliotecários ou pelos arquivistas. Noutros, são os gabinetes de imprensa – geralmente ligados à presidência – que asseguram o trabalho editorial, pois assenta essencialmente na edição de revistas e/ou de folhas municipais.

A formação de técnicos editoriais capazes de trabalhar em contexto autárquico é fundamental. Desde 2008, temos promovido a realização de estágios aos alunos do Mestrado de Estudos Editoriais da Universidade de Aveiro, para lhes proporcionar uma experiência prática e um melhor conhecimento das especificidades da actividade editorial das autarquias e do seu potencial de desenvolvimento, esperando que possam vir tornar-se editores municipais. Os relatórios de estágio que vêm produzindo constituem já um acervo documental que poderá dar um bom contributo para caracterizar a edição municipal e até fornecer dados para outras investigações, nomeadamente a que vem levando a cabo a Mestre em Estudos Editoriais Margarida Moleiro.

Notas finais

A forte redução das verbas disponibilizadas para promover e apoiar iniciativas editoriais tem resultado num inevitável atraso na publicação de originais em «carteira» e no aumento dos pedidos de edição em espera, sobretudo no caso das teses. A descida abrupta das vendas tem fornecido argumentos desfavoráveis aos decisores.

Perante este quadro, temos procurado explorar soluções alternativas, em relação ao desenvolvimento de conteúdos em suporte digital (sobretudo das obras esgotadas) e às parcerias de edição e/ou distribuição. Destaco as parcerias, para evidenciar o papel que podem assumir os livreiros locais. Propusemos alguns tipos de parcerias: partilharem os custos de produção das obras editadas pelo município a partir de tiragens mais elevadas, beneficiando da redução drástica do preço por unidade (como é habitual na impressão em *offset*) obtendo ganhos significativos; promoverem co-edições com o município e assumirem os custos inerentes, obtendo a exclusividade da distribuição das obras. A experiência de parceria editorial criada em 2012 com a Livraria Minerva para a edição comemorativa dos dois volumes alusivos à vida e obra de Santos Graça combinou estas duas opções e teve resultados positivos, pois mais de metade dos 500 exemplares publicados foi vendida em cerca de seis meses, graças, nomeadamente, à aquisição de exemplares pelo município.

Uma das alternativas possíveis passa pela edição digital. Todavia, essa opção não agrada à maioria dos autores locais, nem dos compradores, porque valorizam o suporte em papel. Esta opção será válida para obras que interessem aos estudantes universitários e aos investigadores.

O financiamento da edição municipal assenta sobretudo no pressuposto de que se trata de uma actividade cultural, logo está conotada de – forma redutora – com a expressão «despesa». É imperativo que se olhe para a edição municipal como uma forma de investimento, aplicada nomeadamente à promoção das cidades ou da educação formal e informal. Só assim se poderão forjar as indispensáveis sinergias das políticas públicas locais, com expressão na diversificação das fontes de financiamento. Neste contexto, os pelouros do turismo e da educação assumem particular relevância.

A questão da distribuição extraconcelhia não tem colhido o interesse de instituições ligadas ao poder local. Este tema tem sido abordado de forma recorrente nos debates sobre edição municipal que se vão fazendo em várias instâncias. A criação de uma “montra” única das obras editadas e apoiadas pelos municípios, promovida pela Associação nacional dos Municípios, poderia

servir o interesse dos municípios e dos potenciais clientes. A implementação desse projecto poderia mesmo ser desenvolvida em parceria com o mestrado de Estudos Editoriais da Universidade de Aveiro, ou por um diplomado em estudos editoriais capaz de criar uma plataforma *web* e financiar esse trabalho com uma margem das vendas realizadas pelos municípios.

Bibliografia

- BATISTA, L. (2005), «Ousar ler, ousar escrever – ou uma política local do livro e da língua»: *Correntes D'Escritas: revista de cultura literária da Póvoa de Varzim*, 4, p. 5-7.
- BRAGA, I. (2003), *Revistas portuguesas de história regional: estudos*, Cascais, Patrimonia.
- COSTA, Artur Sá da (2007/2008), «Livro municipal, o mal-amado das políticas culturais»: *Boletim Cultural Vila Nova de Famalicão*, 3/4, III série, p. 555-569.
- COSTA, Manuel (2001), *Caracterização das iniciativas editoriais do Município da Póvoa de Varzim* [texto policopiado], Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- (2008), «Boletim Cultural Póvoa de Varzim: um projecto editorial cinquentenário»: *Póvoa de Varzim Boletim Cultural*, 42, p. 251-297.
- LOPES, Manuel [s.d.], *Sobre a colecção «Na Linha do Horizonte – Biblioteca Poveira», apenas duas ou três palavras* [texto policopiado lido na apresentação da colecção], Arquivo Manuel Lopes, Biblioteca Municipal Rocha Peixoto, 3 páginas dactilografadas.
- (1999), *Plano de edições municipais para 1999/2000. Divisão Cultural da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim*. Informação de 12.03.1999 [texto policopiado], Arquivo Manuel Lopes, Biblioteca Municipal Rocha Peixoto, 5 páginas dactilografadas.
- (1999b), *Para quando um catálogo ilustrado das edições municipais? Divisão Cultural da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim*. Informação de 16.12.1999 [texto policopiado], Arquivo Manuel Lopes, Biblioteca Municipal Rocha Peixoto, 2 páginas dactilografadas.
- (2000), *Edições municipais para 2001 – agenda de sugestões e estimativa de custos. Divisão Cultural da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim*. Informação de 16.12.1999 [texto policopiado], Arquivo Manuel Lopes, Biblioteca Municipal Rocha Peixoto, 9 páginas dactilografadas.
- MOREIRA, V. (1982), «Revistas culturais regionais (I)», *Vértice*, n.º 447, Março/Abril, p. 195-196.

TÍTULO: A Edição Municipal na Póvoa de Varzim

RESUMO: Este estudo procura dar conta da evolução da actividade editorial do município da Póvoa de Varzim, contrastando a prática de apoios pontuais com a afirmação de uma política editorial expressa na aposta em edição própria e na profissionalização do serviço editorial municipal. Abordam-se questões ligadas à formação de editores municipais, ao financiamento autárquico, às parcerias editoriais e à distribuição, e ainda à edição em suporte digital.

TITLE: Municipal Publications in Póvoa de Varzim

ABSTRACT: The aim of this study is to address the development of the publishing industry in the Municipality of Póvoa de Varzim, contrasting the practice of sporadic support with the establishment of a publishing policy where the local government publishes its own editions and trains people who work in the area of publishing. Issues such as the training of municipal editors, local government funding, publishing partnerships and distribution and electronic editions will be analysed.

Data de recepção / date of submission: 02.09.2014